

## EDUCAÇÃO E EDUCADORES NO SERTÃO DO PIAUÍ

Maria Alveni Barros Vieira <sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho, tem como objeto de estudo a educação escolar em uma comunidade situada no sertão piauiense entre os anos de 1850 e 1889. Interessa-nos refletir sobre as implicações dos incrementos administrativos nas práticas educativas escolares da população habitadora da povoação dos Picos. Em sua elaboração foi utilizado um conjunto de fontes composto por documentos oficiais dos poderes legislativo e executivo do Estado do Piauí coletados no Arquivo Público do Estado. A análise qualitativa das fontes, realizada a partir das noções de forma escolar delineada por Vincent, Lahire e Thim (2001) e práticas culturais por Chartier (1999), indica que a emergência de uma modalidade de educação escolar para meninos e meninas que habitavam na povoação dos Picos vai acontecer concomitantemente ao processo de elevação da povoação a categoria eclesiástica de freguesia (1851) e, logo em seguida (1855), a condição administrativa de vila. Mostra, também, que naquela espacialidade do sertão piauiense, a educação escolar foi realizada ao preço de muitas hesitações promovidas pelo abandono das cadeiras, rodízios de professores, licenças para tratamento de saúde, mortes, além das ingerências do poder político local que promovia remoções, substituições e exoneração dos professores e das professoras.

**Palavras-chave:** educação, professores, Picos, século XIX.

### INTRODUÇÃO

O povoamento das ribeiras do Guaribas no sertão do Piauí em fins do século XVII faz parte do projeto português de colonização do vasto território conhecido como Sertão de Dentro que compreendia a região que vai do médio São Francisco até o rio Parnaíba, nos limites dos estados do Piauí e Maranhão. Segundo relatório construído entre os anos de 1694 e 1697 pelo padre visitador Miguel de Carvalho (1993), por esse tempo, apenas 6 (seis) fazendas de gado estavam situadas às margens do rio Guaribas, a saber: Buraco, Pedras, Sussuapara, Samambaia, Boqueirão e Tucano.

A fazenda que dará origem a povoação e, posteriormente, vila dos Picos, recorte espacial do nosso interesse neste trabalho, ainda não havia sido situada. Parece-nos, entretanto, que já fazia parte das terras pertinentes a fazenda Caravatá de propriedade do senhor Félix Borges Leal em 1743 descrita na carta de sesmaria como um retiro designado como O Pico. Nove anos depois, o documento intitulado *Relação dos rendimentos dos dízimos (impostos) arrematados na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da cidade de*

---

<sup>1</sup>Doutora e Mestre em Educação\História da Educação, Professora Associada da Universidade Federal do Piauí – UFPI\CSHNB. E-mail: mariaalvenibarrosvieira@gmail.com.

*Oeiras nos anos de 1752, 1753 e 1754*, indica a existência da fazenda O Pico nas mediações da roça do Olho d'água do Gravatá.

A fazenda O Pico, assim como todas as fazendas situadas às margens do rio Guaribas, estava diretamente vinculada à Freguesia de Nossa Senhora da Vitória sediada na cidade de Oeiras, sede da capitania. Por conseguinte, os dados a ela referentes encontram-se diluídos nas informações acerca da zona rural da dita Freguesia. Partindo desse pressuposto podemos inferir que, a exemplo dos habitantes de outras fazendas existentes no Piauí, a população que habitava na fazenda O Pico vivia isolada, sem se fazer conhecida na Corte e sem ser nobilitada em cargos públicos. (OFÍCIO DO DESEMBARGADOR..., 1762).

Naquela comunidade de fazendeiros que se iniciava às margens do rio Guaribas, o ideal de homem revelava-se através da imagem viril do vaqueiro, criador e negociador de gado. Talvez por essa razão, meninos que habitavam nas fazendas de gado, a exemplo da fazenda o Pico, se esforçam a aprender, desde cedo, as atividades de pastoreio: “Lança bezerros, peia, auxilia na marcação, ajuda a domar garrotes e potros bravos ou a pegar o lote de cavalos da sela, solto no ‘cercado’ amplíssimo ou no baixão. Frequentemente levanta de madrugada para ordenhar vacas”. (CASTELLO BRANCO, 1942, p.4). Por outro lado, as meninas eram criadas mais reclusas, de forma mais quieta do que os meninos, seus dias de infância transcorriam no ambiente doméstico, sob os cuidados atentos de sua mãe, ao lado de outras mulheres adultas.

Para além das aprendizagens de caráter utilitário, outros saberes, vinculados às tradições religiosas devem ter se destacado na formação dos habitantes da fazenda O Pico. Na concepção de Vieira (2013) não poderia ser diferente, posto que, a fazenda de gado funcionava como o centro das relações sociais. Nas suas varandas ou terreiros eram realizadas festas, batizados, casamentos, confissões, sentinelas, velórios, reuniões de cunho político, encontros de fazendeiros para negociar casamentos, gados, índios e negros escravizados.

Havia, porém, a necessidade de aprender os saberes da leitura, da escrita e da aritmética. A autora explica que os negócios pecuaristas e agrícolas, as compras e vendas comerciais nos mercados internos e externos, os cálculos dos dízimos e das partes a serem divididas entre os proprietários e os vaqueiros, exigiam conhecimentos elementares ancorados na trilogia ler, escrever e contar. Não deveria causar espanto a existência de duas escolas nas mediações das fazendas situadas às margens do rio Guaribas no século

XVIII: uma escola-internato, de iniciativa particular, que funcionava na fazenda Boa Esperança em casa do capitão-mor Marcos Francisco de Araújo Costa, aberta aos filhos de parentes e amigos, assim como à algumas crianças pobres com feição pelos estudos. Outra escola, criada pelas políticas colonizadoras das populações indígenas na povoação do Cajueiro restrita aos meninos e meninas da tribo dos Jaicós.

Talvez, um ou outro menino dessas escolas tenham exercido o ofício de mestre ambulante ora morando em uma fazenda, ora em um sítio, conforme iam sendo contratados pelos chefes de família. Até porque, naquele tempo, que foi o século XVIII, o planejamento e a execução de políticas que determinassem a instalação de escolas públicas na região estariam previstos somente para a cidade e algumas vilas mais povoadas.

Neste trabalho, interesse-nos refletir sobre as implicações dos incrementos administrativos de povoação e vila na fazenda O Pico nas práticas educativas escolares da população ali habitadora.

## **METODOLOGIA**

Neste artigo, procuramos apresentar uma síntese das formas de socialização escolar desenvolvidas junto à população de uma comunidade situada no sertão piauiense no interstício temporal que cobre os anos de 1850 a 1889. Elegemos como recorte espacial a municipalidade designada atualmente como cidade de Picos, situada na região centro-sul, semiárido do sertão piauiense.

A opção pelo recorte cronológico inicial (1850) justifica-se por ser o período em que é autorizada a criação de uma escola de primeiras letras para o sexo masculino em Picos. O ano final, 1889, corresponde ao advento da proclamação da república brasileira e a elevação da vila dos Picos a categoria de cidade, estabelecendo novas formas administrativas e educacionais.

No que tange às fontes documentais, essas consistem em registros variados a exemplo de documentos oficiais dos poderes legislativo e executivo do Estado coletados no Arquivo Público do Piauí, além de livros e periódicos da Biblioteca da Universidade Federal do Piauí em Teresina e de acervo próprio. A análise dessa plêiade de fontes foi realizada considerando a noção de educação em sua forma escolar (VINCENT, LAHIRE, THIM, 2001), teambém interpretada como práticas socioculturais (CHARTIER, 1999) ou

práticas educativas de socialização das novas gerações em diferentes modelos de organização de uma mesma comunidade.

Esclarecemos, por fim, que o termo sertão foi utilizado neste trabalho sob a perspectiva do colonizador, como um espaço bruto a ser dominado, um vazio a ser povoado, “[...] uma folha em branco sobre a qual virão se inscrever as marcas da dominação”. (FONSECA, 2011, p. 52).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### *Escolas para formar o espírito e o coração do cidadão, súdito da monarquia nacional*

É de amplo conhecimento entre os historiadores da educação brasileira que o século XIX traz acontecimentos políticos com consequências diretas para o campo da educação representados, principalmente, pelo decreto imperial de 15 de outubro de 1827 que trata da primeira lei geral relativa ao ensino elementar e determinava, entre outras coisas, a organização de escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e localidades *mais povoadas*. É também ilustrativo do período o desdobramento das políticas públicas educacionais anunciadas no decreto imperial de 15 de outubro de 1827 e a publicação da resolução provincial n. 255 de 5 de agosto de 1850 autorizando a criação de uma escola de primeiras letras para o sexo masculino na povoação dos Picos.

A indicação da povoação dos Picos como localidade apta a instalação de uma escola permite supor que na sua territorialidade havia uma aglomeração humana razoavelmente desenvolvida. Primeiro porque o art. 9 da lei provincial n. 287, que determinava a criação de cadeiras de instrução primária pelo ensino simultâneo para meninos e meninas, estabelecia como critério que fossem selecionados locais que pudessem apresentar 15 (quinze) alunos para a escola masculina e 10 (dez) alunas para a escola feminina. Após concurso feito para várias localidades da Província “Apenas a cadeira criada nos Picos [para meninos], pode ser provida vitaliciamente”, (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1851, p.11).

Além do mais, no ano de 1851 a Assembleia Legislativa Provincial decreta e o presidente da província, José Antônio Saraiva, sanciona a resolução civil n. 308 de 11 de setembro que eleva a povoação dos Picos a condição de freguesia tendo como orago Nossa Senhora dos Remédios. Mapas populacionais organizados pelos párocos das freguesias indicam que a povoação dos Picos possuía 2.612 (duas mil, seiscentos e doze)

habitantes no ano de 1839 e 6.982 (seis mil, novecentos e oitenta e dois) habitantes no ano de 1854.

A despeito do que determinava a legislação educacional provincial, o mapa das cadeiras de instrução primária e secundária da província do Piauí em 1851 revela que a cadeira de instrução primária na freguesia dos Picos funcionava efetivamente sob os cuidados do padre Joaquim Juscelino Viriato Formiga, mas contava, somente, com 10 (dez) alunos neste ano. Em 1854, esse número seria elevado a 17 (dezesete) meninos, no ano seguinte, em 1855 o número era de 24 (vinte e quatro), em 1856 temos o acréscimo de mais 2 (dois) alunos perfazendo um total de 26 (vinte e seis), em 1857 a turma volta a ser composta por 24 (vinte e quatro) alunos e em 1858 o número é de 25 (vinte e cinco). Não encontramos os registros do número de alunos do padre entre os anos de 1859 a 1861, último ano em que foi o professor da escola de instrução primária da agora vila dos Picos.

Acreditamos que o desenvolvimento satisfatório da escola do padre Joaquim Juscelino Viriato Formiga esteja vinculado, dentre outros fatores, ao processo crescente de urbanização da povoação dos Picos. Ocorre que, no ano de 1855, a freguesia da povoação dos Picos foi desmembrada de Oeiras, sendo elevada à categoria de vila pela resolução provincial n. 397 de 17 de dezembro de 1855, instalada de fato em 1859. Diferentemente de uma povoação, a vila consistia em uma unidade política e administrativa que gozava de certa independência administrativa e financeira, embora, na província do Piauí o gerenciamento de recursos fosse tímido, posto que, “[...] os tributos que lhe cabiam eram insignificantes e mal arrecadados”. (FRANCO, 1977, p.59). A despeito das dificuldades financeiras, haveriam esforços na manutenção e criação de escolas na vila dos Picos.

Nesse tempo, que foi a segunda metade do século XIX seria imprescindível a socialização de crianças e jovens por uma forma escolar. No entendimento de Gouvêa (2003) a escolarização de crianças e jovens estava relacionada às transformações culturais, que acompanhavam o advento da modernidade que percebia a escola e a educação que ali se realizava como uma estratégia para a transmissão e reprodução de normas sociais que o Brasil-nação necessitava. A vila dos Picos, situada no sertão piauiense, estava inserida nesse projeto de construção da nação brasileira, ali também se fazia necessário formar os súditos que o Império requeria através dos processos de escolarização, embora para tal feito contasse apenas com uma escola de primeiras letras para meninos.

Depois de 10 (dez) anos tendo como regente o padre Joaquim Juscelino Viriato Formiga a cadeira de primeiras letras da vila dos Picos deveria ter como professor vitalício o senhor Belizário José da Silva Conrado, no entanto, somos impelidos a concluir que ele nunca assumiu a regência da cadeira. Embora tenha sido nomeado em caráter efetivo como professor da cadeira de primeiras letras da vila dos Picos desde o ano de 1862 e seu nome estivesse devidamente registrado nos documentos pertinentes as cadeiras de instrução primária da província do Piauí até o ano de 1864, o mesmo nunca enviou um mapa da frequência de alunos para a secretaria de educação da Província. Ademais, seu nome estava envolto em denúncias judicializadas de abandono da cadeira.

Havia, ainda, constantes e veementes pedidos de licença com vencimentos, sob o pretexto de tratamento de saúde em locais distantes do trabalho, reproduzindo uma prática comum entre os professores da Província que deixavam as escolas fechadas por três, quatro e até seis meses. Depois de reiteradas “escusas” para não assumir de fato o cargo de professor, Belizário José da Silva Conrado foi demitido no ano de 1864 e a cadeira posta em concurso. Em 1866 assume a regência da cadeira de primeiras letras da vila (de) Picos o professor João Capistrano de Souza Vasconcellos por portaria de 30 de novembro do mesmo ano, tendo ali permanecido por dois anos, assim supomos.

Importar sublinhar, que as vacâncias e\ou abandono das escolas pelos professores era prática corrente naqueles tempos não somente na vila dos Picos, mas, noutras partes do império brasileiro. Ao fazer uma análise da instrução elementar no Brasil do século XIX, Faria Filho (2000) confirma que os professores do sexo masculino geralmente misturavam suas atividades de ensino a outras atividades profissionais, fazendo com que as escolas, em parte, não funcionassem literalmente.

De fato, até o final do ano de 1889, quando finda o período imperial no Brasil, 9 (nove) professores, em datas diferentes, seriam nomeados para a cadeira de primeiras letras do sexo masculino na vila dos Picos, confirmando as rupturas e os recuos pertinentes a essa função no século XIX como demonstrado no quadro abaixo:

*Magistério masculino na vila de Picos no século XIX*

Professor	Provimento
1868 - 1874 – Justiniano Gil de Almeida	Em 23 de março de 1868. Foi demitido em 1869. Certamente conseguiu ser readmitido ao constatarmos que seu nome está relacionado nos mapas da instrução pública da Província como professor da vila dos Picos até o ano 1874 quando pleiteia um afastamento com vencimento para tratamento de

	saúde fora da Vila. Em 1871 suas aulas eram frequentadas por 18 alunos, em 1874 por 23 alunos.
1874- Basílio Alves Feitosa	Mestre-escola particular, que solicita, em 1874, a vaga da cadeira pública de primeiras letras para o sexo masculino na vila dos Picos. Não encontramos indícios de sua contratação, embora a nomeação de um novo professor para a Vila só viria ocorrer em 1877.
1877 - Antônio João da Rocha Soares	Os relatórios dos presidentes da província do Piauí nos anos de 1875 e 1876 não trazem os mapas das cadeiras de primeiras letras com os respectivos professores nelas providos. Em 1877 está registrado o nome do professor Antônio João da Rocha Soares com 13 (treze) alunos.
1878 - José Ribeiro de Britto	Professor vitalício. Foi removido para Teresina nesse mesmo ano de 1878 quando ministrava aula para 20 alunos. Consta no relatório do presidente da Província que no ano de 1878 foi concedida uma licença de três meses para o dito professor.
1878 - Francisco Gonçalves Aleixo Filho	Contratado e exonerado no mesmo ano.
1878 - José do Rego Barros Paim	Nomeado em caráter interino.
1879 -1885 - Raimundo Martins de Sousa Ramos	Interino até o ano de 1881 quando emerge nas relações de professores vitalícios. Média de 13 alunos.
1886-1888 - Manoel Pereira Lopes	Vitalício
18.. – 1894 - Antônio Pereira Nunes	Foi professor em Picos, até março de 1894, quando exonerado pelo Conselho Municipal da Cidade sendo substituído pelo cidadão Joaquim Venâncio de Souza Britto.

Fontes: Relatórios dos presidentes da Província do Piauí (1848-1888); Orçamento das receitas e despesas do município de Picos para o ano de 1894;

As constantes vacâncias nas cadeiras de primeiras letras para o sexo masculino, ditadas, muitas vezes, pelas necessidades financeiras que forçavam os professores a exercerem outras atividades econômicas mais rentáveis, vão contribuir para a presença feminina no magistério primário. Segundo Faria Filho (2004), desde a segunda metade do século XIX as políticas públicas educacionais passaram a considerar com maior ênfase a presença das mulheres na sala de aula tornando mais refratária a presença masculina nas cadeiras de primeiras letras.

Por consequência, passou a vigorar uma farta legislação reguladora do magistério feminino nas províncias brasileiras. Especificamente na província do Piauí, podemos citar como exemplo a Resolução n.º 655 de 1869 que exigia das candidatas ao magistério prova de conhecimento, comprovante de maioria legal, comprovação de moralidade adequada e sanidade mental; assim como o Regulamento n.º 80 de 20 de outubro de 1873, elaborado com base na Resolução n.º 822 que exigia para o magistério feminino a certidão

de casamento (quando casada), certidão de óbito do marido (quando viúva) e certidão de sentença de separação (quando desquitada).

A cadeira de primeiras letras do sexo feminino só foi criada na vila dos Picos em 1867, ou seja, 17 (dezessete) anos depois da instalação da escola de grau semelhante para o sexo masculino. No mesmo ano, em 11 de outubro, foi expedida portaria da presidência nomeando Marianna Joaquina d'Almeida Britto, como professora pública interina, designada para cuidar da educação das meninas a partir de um plano de estudos composto por disciplinas como leitura, escrita e às quatro operações básicas de aritmética, além das prendas que serviam à economia doméstica.

De acordo com documento da Diretoria Geral da Instrução Pública do Piauí (1868), no ano seguinte a professora foi removida da vila dos Picos para ocupar a cadeira de primeiras letras na vila das Barras. Foi nomeada para exercer o magistério no seu lugar a professora Maria Antônia da Soledade Alvarenga que por não dar cumprimento à convocação foi substituída em 25 de setembro de 1868 por Antônia Maria da Conceição.

A regência da cadeira do sexo feminino na vila dos Picos pela professora Antônia Maria da Conceição transcorreu em meio a denúncias, agressões morais e profissionais à pessoa da referida professora. Diante da impossibilidade de ali exercer o magistério, foi determinada, no ano de 1869, sua permuta com a professora da vila dos Jaicós, Antônia Rosa Dias de Freitas, também acusada de comportamento moral inadequado ao magistério por um conjunto de autoridades da vila dos Jaicós que exigia sua demissão.

O ataque moral feito ao mesmo tempo as professoras de vilas diferentes, não se fazia ao acaso e nem era fortuito. Villela (2000) afirma que a preocupação existente nesse período com a conduta moral do professor, em detrimento da sua qualificação profissional, sugere que o professor tinha que desempenhar mais a função de agente disseminador de uma mentalidade moralizante do que de difusor de conhecimentos.

Em artigo escrito sobre as ingerências político-partidárias na construção do cargo público de professor na província do Piauí no período de 1845–1889, Vieira (2008) explica que parte das denúncias feitas contra o comportamento moral das professoras revelam fortes indícios dos mecanismos estabelecidos entre a dinâmica da política local e o clientelismo de Estado no exercício do magistério público piauiense que promovia exonerações, transferências, jubilamentos e substituições de mestres no Piauí provincial.

Não tivemos acesso a documentos que nos permitam afirmar que a permuta foi realizada, entretanto, no mapa da instrução pública do Piauí do ano de 1870 está elencada



como professora vitalícia da cadeira de primeiras letras da vila dos Picos Antônia Maria da Soledade Alvarenga que ali permaneceu até o ano de 1878 sempre com uma média de 13 (treze) alunas matriculadas. Desde o mês de maio 1878 a professora passa a assinar com o sobrenome Nunes revelando a realização do matrimônio.

Acreditamos que a professora Antônia Maria da Soledade Nunes tenha falecido no ano seguinte, em 1879. Fundamentamos nossa suspeita no relatório feito pelo presidente da província do Piauí no ano de 1879 quando é anunciada a contratação em 24 de agosto do mesmo ano da professora Maria Porcina dos Santos, para ocupar interinamente o magistério de primeiras letras na vila dos Picos “[...] cuja cadeira se achava vaga por ter falecido sua proprietária”. (RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA.... 1879, p.9).

No ano de 1880 mudanças significantes ocorreram na instrução pública da vila dos Picos por conta da resolução provincial n. 980 de 25 de maio que eleva ao 2º grau as cadeiras do sexo masculino e feminino. A partir desse período, as escolas de instrução pública primária da província do Piauí estariam classificadas em dois graus: *escolas de 1º grau* que compreendia o ensino da leitura e escrita, gramática portuguesa, às quatro operações de aritmética, pesos e medidas adotados no país e os trabalhos de agulhas para o sexo feminino; *escolas de 2º grau* ou escolas de instrução primária superior, com plano de ensino centrado nas mesmas matérias das cadeiras de 1º grau, mais os elementos de história e geografia, operações sobre números inteiros, decimais, regras de juros assim como o sistema métrico decimal.

As cadeiras de primeiras letras da vila dos Picos foram elevadas a escolas de 2.º grau tendo como professores com títulos vitalícios, Raimundo de Sousa Ramos e Maria Porcina dos Santos. Depois de efetivada no cargo, Maria Porcina dos Santos permaneceu como professora de meninas na vila dos Picos até o ano de 1885, quando suas aulas eram frequentadas por 30 (trinta) alunas.

Foi, também, professora dessa escola primária de 2º grau D. Ana Clara de Lima e Castro, uma mestra, “[...] diplomada pela extinta escola normal e nomeada pelo presidente desta então província em 11 de março de 1886. [...]”. (ATA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PICOS, 1864, f.1). A professora era casada com Joaquim das Chagas Leitão, que, cumprindo ordens da presidência da província do Piauí, muda-se de Teresina para Picos, com a missão de comandar o destacamento policial da referida localidade. Chegaram a vila dos Picos em 23 de março de 1886.

Segundo Vieira (2005) a professora D. Ana Clara de Lima e Castro teria sido aluna na Escola Normal do Piauí, quando esta funcionou no período de 1882 – 1888, instituída pela Resolução n. 1062, que, para atrair candidatos ao magistério, estabeleceu a duração do curso em apenas dois anos. Não seria absurdo afirmar que ter cursado o ensino normal tornar-se-ia, quando possível, um dos critérios para o exercício do magistério nas cadeiras de primeiras letras elevadas a 2.º grau. Respaldamos nossa hipótese no processo de substituição da professora Ana Clara de Lima e Castro, quando em 12 de janeiro de 1888 lhe foi concedida uma licença. Em 26 de abril de 1888, foi contratada interinamente para substituí-la a professora normalista Estephania Augusta da Silva Conrado. Por essa época a escola era frequentada por 18 (dezoito) meninas.

D. Ana Clara de Lima e Castro foi a última professora a exercer o magistério na vila dos Picos, desempenhando suas funções até o ano de 1904 quando veio a falecer no dia 11 de maio, com trinta e sete anos de idade, deixando 9 (nove) filhos, dentre eles um bebê de 3 (três) meses de idade.

### **Considerações Finais**

Muito teríamos a escrever acerca da educação do povo que habitava na povoação\vila dos Picos nesse interstício temporal que cobre a segunda metade do século XIX. Porém, como anunciado na introdução deste trabalho, nos propomos apresentar somente uma síntese panorâmica das modalidades educacionais escolares que ali se desenvolveram com ênfase na identificação dos primeiros mestres educadores que assumiram o magistério público naqueles tempos.

Apesar das limitações necessárias ao caráter do artigo científico, é possível apresentar de forma contundente que: a emergência de uma modalidade de educação escolar para meninos e meninas que habitavam na comunidade erigida às margens do rio Guaribas, vai acontecer concomitantemente ao processo de elevação da povoação a categoria eclesiástica de freguesia (1851) e em seguida (1855) a condição jurídica e administrativa de vila.

Também é possível asseverar que a educação escolar de meninos e meninas na vila dos Picos foi realizada ao preço de muitas hesitações, de desacelerações e até mesmo de recuos. Abandono das cadeiras, rodízios de professores, constantes pedidos de licenças com vencimentos, faziam parte do universo escolar da Vila, destacando-se as constantes

referências negativas divulgadas pelo poder político local acerca da incapacidade intelectual e moral dos professores e professoras.

Concluímos, por fim, que muito há para ser questionado e investigado acerca da educação dos povos de Picos, a exemplo da relação dos professores com o poder local, com os grupos oligárquicos que disputavam a ocupação de cargos públicos, as relações de gênero no magistério, os materiais didáticos, os utensílios pedagógicos, os saberes e os tempos escolares, a trajetória pessoal e profissional desses homens e mulheres que assumiram o magistério em épocas de algum reconhecimento e pouca valorização.

### Referências

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

CARVALHO, Pe. Miguel de. **Descrição do sertão piauiense**. Comentários e notas de Pe. Cláudio de Melo. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.

CASTELLO BRANCO, R.P. **A civilização do couro**. Teresina: COMEPI, 1942.

CHATIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil, S.A. 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliana Maria Teixeira, et al. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FRANCO, José Patrício. **O município no Piauí – 1761 a 1961**. Teresina, 1977.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. A escolarização da meninice nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 189-226.

PIAUI. **Resolução Civil n. 308** de 11 de setembro de 1851. In: Código das leis piauienses. Oeiras (PI): Tipografia Saquarema, 1851.

\_\_\_\_\_. **Relatórios dos presidentes da província do Piauí: 1850-1888**. Arquivo Público do Estado do Piauí.

\_\_\_\_\_. **Relação do verdadeiro rendimento dos dízimos** da Freguesia da cidade de Oeiras do Piauí nos anos de 1752, 53 e 54, arrematados em 6 de janeiro de 1760. Oeiras do Piauí, 12 de fevereiro de 1763. Joaquim Antunes (arrematador) para João Pereira Caldas (Governador) AHU. 388.

\_\_\_\_\_. Diretoria geral da instrução pública. **Comunicado acerca da criação da cadeira de primeiras letras para o sexo feminino na Vila dos Picos e da contratação da professora para a respectiva cadeira**. Arquivo Público do Estado do Piauí, 1869.

\_\_\_\_\_. **Documentos da Secretaria de Educação do Piauí do não de 1832 a 1951**. Fundo Palácio do Governo. Arquivo Público do Estado do Piauí.

QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 1998

VIEIRA, Maria Alveni Barros Vieira. **Educação e sociedade picoense: 1850 a 1930**. Teresina: EDUFPI, 2005.

\_\_\_\_\_. Demissões e resistências no magistério público piauiense (1860-1870): entre loucos, inábeis e adúlteras. In: **Linguagens, Educação e Sociedade**. Teresina, Ano 13, n. 19, jul/dez, 2008

\_\_\_\_\_. **A escolarização de crianças no Piauí: 1730-1850**. Teresina: EDUFPI, 2013.

VILLELA, Heloisa, (1999). O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n 33, p.7-47, jun. 2001.